O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 4,00 (solidário R$ 5,00) | nº 843 – de 14 a 28 de março de 2019

NÃO VAMOS DEIXAR DESTRUIR A PREVIDÊNCIA!

Ato de 8 de março em Belo Horizonte - MG

ARGÉLIA: frente a mobilização popular, regime tenta se preservar

PAGS. 11 E 12

Lula Livre

pág. 10

Diálogo e Ação Petista
Minas realiza encontro estadual
pág. 5

Luta de Classe
Trabalhadores da Ford em defesa dos empregos
pág. 9

Nacional
Lava Jato é instrumento do imperialismo
pág. 10

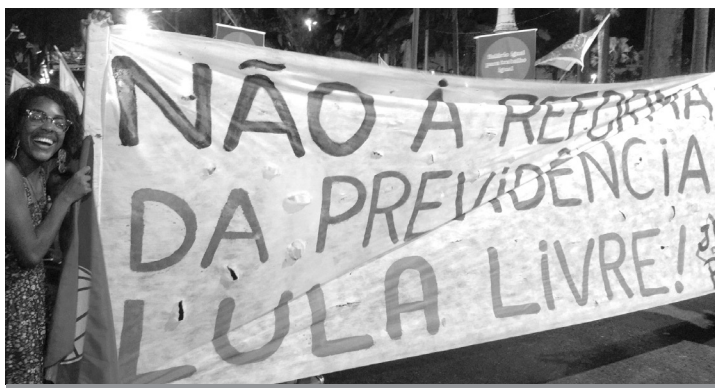
A juventude na defesa do direito de se aposentar

Nem de Bolsonaro, nem reforma alguma! É preciso organizar a luta!

É urgente organizar a luta da juventude contra a reforma da previdência. Muitas vezes, para os jovens, aposentadoria parece coisa distante. Mas é seu futuro como adulto que está em questão. Por isso é preciso defender a conquista da aposentadoria baseada na solidariedade entre gerações, alertando para o fato objetivo de que, caso aprovada essa reforma, os jovens serão a faixa etária mais prejudicada. A introdução da capitalização individual (ver páginas centrais), vai atingir em cheio os jovens. "Opcional", ao ingressar no mercado de trabalho o jovem vai ser empurrado à "escolha" de entregar sua aposentadoria à especulação financeira.

O aumento da idade mínima (homem 65, mulher 62) e o tempo de contribuição para 40 anos resultará num retardo da aposentadoria de quem já está trabalhando e será menor o número de novas vagas formais no mercado de trabalho para o jovem que começa a trabalhar.

Segundo o IBGE, 92% dos brasileiros começa a trabalhar com até 18 anos de idade para ajudar no sustento de casa. Para os que, hipoteticamente, conseguirem a façanha de trabalhar 40 anos com carteira assinada ininterruptamente, dos 18 aos 58 anos, mesmo depois de tanto tempo de trabalho, ainda não poderão se aposentar.



Na Bahia, a Juventude Revolução do PT levou suas bandeiras no dia 8 de março

Hoje, entre os jovens de 18 a 24 anos a taxa de desemprego ultrapassa os 36% segundo dados do IBGE de 2018. E estão fora desta conta jovens que entram no mercado de trabalho por meio de estágio ou através do programa "jovem aprendiz", que não recolhem contribuição para o INSS. Assim como jovens estudantes que se dedicam à pesquisa científica na graduação ou pós-graduação, pois bolsistas não contribuem para aposentadoria neste período.

Nessas condições contribuir 40 anos antes dos 65 para acessar a aposentadoria integral será algo raro.

É neste cenário que o objetivo declarado de Bolsonaro e Guedes é empurrar, em particular os jovens trabalhadores, para a capitalização individual, uma poupança individual que dependerá do rendimento em apostas especulativas. Um prato cheio para bancos cuja consequência será um prato vazio para os jovens de hoje que serão os idosos de amanhã.

Luã Cupolillo

DISPARATE

Na contramão da urgência de alertar a juventude e colocá-la em luta contra a reforma da Previdência, dirigentes da organização juvenil petista "Disparada", em um texto publicado no Boletim "rumo ao 7° congresso do PT" de iniciativa de algumas tendências, escreveram, num momento em que o governo Bolsonaro entra com tudo para destruir a Previdência, sob o nome de reforma, a seguinte pérola: "a previdência precisa ser reformada, mas a dignidade dos trabalhadores tem que ser garantida". Ora, a reforma da Previdência no Brasil, e em todo mundo, não é pauta dos trabalhadores e muito menos da juventude! É o canto da sereia do capital especulativo, que vai matar a possibilidade de futuro para os jovens, filhos das classes trabalhadoras.

Militarização de escolas em Brasília

Educação precisa de investimentos e não coturnos!

No Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha (MDB), aliado de Bolsonaro, militarizou quatro escolas públicas em diferentes regiões administrativas sob o argumento de serem áreas de intensa criminalidade e baixo rendimento escolar. Segundo o governo, o projeto pode ser estendido a outras 36 escolas se apresentar resultados.

Ampliar a militarização das escolas é o que pretende o governo Bolsonaro. O decreto 9.465 baixado em 02/01/19 pela presidência da república instala no MEC uma subsecretaria de fomento às escolas cívico-militares apontando o objetivo desse governo de dar aos militares a tarefa de influenciar a maneira como são gestionadas as escolas brasileiras.

O que muda?

Cada escola militarizada receberá entre 20 e 25 novos servidores oriundos do quadro da reserva ou com restrições médicas da Polícia Militar, ou seja, profissionais que não possuem obrigatoriamente capacitação na área educacional. Os órgãos administrativos passarão a contar com a orientação militar e o currículo retoma a disciplina de "moral e cívica". Os alunos e professores serão obrigados a seguir um código de conduta altamente rigoroso que vai até cabelos raspados dos meninos. Isso é transformar as escolas em quartéis.

Os colégios militares tradicionais possuem em média 3 vezes mais investimento por aluno do que as escolas estaduais. Essa diferença altera radicalmente os níveis de desempenho dos alunos. Como subir no ranking sem infraestrutura, investimento e bons salários? Por outro lado os colégios militares não alcançam o desempenho das escolas federais que foram ampliadas nos governos do PT e possuem verbas similares. A militarização de escolas públicas não prevê aumento de verbas. Por que não ampliar as escolas federais? As escolas seguem sofrendo com falta de reformas, merenda, laboratórios, transporte e muitos governos não pagam o piso salarial dos professores.

Militarizar não combate a criminalidade

A criminalidade presente nas periferias, e portanto nas escolas públicas, não será resolvida com a presença dos militares. A juventude precisa de serviços públicos, a começar por educação, de qualidade, hoje obstruídos pela EC 95 que congelou as verbas por 20 anos. Precisa de empregos e direitos, o oposto do que pretende Bolsonaro com sua carteira de trabalho verde e amarela. Precisa de cultura, lazer e esporte para criar alternativas à realidade do tráfico e da violência nas periferias brasileiras. Para o sindicato dos professores (SINPRO-DF) os policiais "não estão preparados para debater ideias e resolver conflitos, qualquer divergência ou discussão já descamba pra agressão". Está certo! Lugar de soldado é no quartel! A UNE e a UBES decidiram realizar uma jornada nacional de lutas em defesa da educação no mês de março. Para Jhonata Martins (coordenador da Juventude Revolução do PT no DF) é necessário que a jornada tenha como ponto o combate à militarização das escolas públicas em Brasília.

Hélio Barreto

Encontro Nacional de Estudantes Petistas

O ENEPT ocorrerá entre os dias 04 a 07 de abril, em Curitiba. A atividade reunirá delegados de todo país que serão eleitos em etapas estaduais (13 a 24 de março) cuja pauta será a situação política e a organização do movimento estudantil.

Esse debate é imprescindível diante das ameaças contra o futuro da juventude. A tarefa colocada para as centenas de jovens que irão ao sul do país é a importância da Juventude petista organizar as entidades estudantis na defesa dos direitos e da democracia. Trata-se de dar continuidade ao combate iniciado no CONEB da UNE, por exemplo, a ação unitária da Juventude do PT protagonizando a defesa do Lula Livre.

É necessário ajudar a tornar as lutas pelas questões locais de cada escola, faculdade e universidade em motor da mobilização contra a reforma da Previdência. Construir a unidade entre estudantes e trabalhadores para a preparar a greve geral em que a força do povo venha a impor uma derrota ao Bolsonaro.

Já é tempo da JPT se organizar para recolocar a UNE, UBES e ANPG na linha de frente da resistência em defesa dos direitos e da democracia brasileira, mobilizando milhares de estudantes.

Sarah Lindalva

A chave é a Previdência

Não falta assunto que desqualifique o atual governo.

O escândalo do laranjal no PSL do presidente. Os assessores ligados à milicianos ou milicianos mesmo, como o vizinho no condomínio da família presidencial, preso como o assassino de Marielle e Anderson. Um presidente com desinteria mental vomitada em tuites, os ministros sinistros...

Não faltam também ataques à democracia, como o discurso que só a teremos se as Forças Armadas quiserem.

Mas, a cada ato desastroso de Bolsonaro, seus familiares e sua turma, estão aí os ativos generais no governo e o Judiciário para dar proteção. Precisam preservá-lo até que faça o principal.

Não faltam também ataques aos trabalhadores e serviços públicos. Contra os sindicatos o governo editou uma Medida Provisória que dificulta a contribuição mensal do trabalhador. Contra a educação, acaba de baixar um decreto eliminando mais de 21 mil funções gratificadas e cargos em instituições de ensino federais, ameaçando seu funcionamento.

E, contra a soberania nacional, Bolsonaro vai bater continência a Trump e lhe entregar a Base Espacial de Alcântara e a Embraer, e seguir seu papel de fantoche na operação contra o povo venezuelano.

A grande mídia que ajudou a eleger Bolsonaro, com a perseguição a Lula e ao PT, agora posa de ruborizada. Na verdade, ela, e o capital financeiro, estão preocupados que a turbulência nos dois meses de governo, provocada pela turma do capitão, ponha em risco o principal: a reforma (destruição) da Previdência.

Pois podem ficar mesmo preocupados! Haverá uma guerra social contra a destruição da Previdência.

A RESPOSTA AO PROJETO DO GOVERNO É NÃO, NÃO E NÃO!

Já no carnaval não apareceu ninguém para defender Bolsonaro, e sobrou gente para desqualifica-lo.

Sinais de resistência, que não aparecem na grande mídia, que trazemos nesta edição, são dados pelos trabalhadores.

Os servidores municipais de São Paulo sustentaram por 33 dias uma greve contra o ataque à Previdência municipal. Suspenderam o movimento, mas a disposição de luta existe e pode ser retomada, com o conjunto dos trabalhadores, contra a reforma do governo federal.

Sinais de resistência vêm também dos trabalhadores da Ford, ameaçados com o fechamento de postos de trabalho.

No dia 8 de março, dia de luta da mulher trabalhadora, em atos de norte a sul, a defesa da Previdência foi a questão central.

Agora, a CUT e demais centrais sindicais preparam, para 22 de março, um dia nacional de luta contra a reforma de Bolsonaro. É hora de um diálogo com os trabalhadores na base de todas as categorias, inclusive com os que, confundidos pela mídia, acharam que Bolsonaro era a salvação. E organizar a luta que deve marcar todo o semestre.

A defesa da Previdência, cuja destruição é o prato principal que Bolsonaro tem que oferecer à especulação financeira, é o centro do combate para o conjunto da classe trabalhadora.

Por isso, a resposta que as organizações dos trabalhadores, a começar pelo PT, estão chamadas a dar à proposta do governo é não, não e não! Nem "substitutivo para dialogar", nem emendar para "melhorar" e, sim, através de uma ampla mobilização, tirar o assunto da pauta.

O sonoro e organizado Não! à destruição da Previdência é a chave para abrir a porta e forjar uma nova correlação de forças capaz de reverter a dramática situação do país, a começar pela libertação de Lula, feito prisioneiro para que esta situação de ataques à nação e aos trabalhadores, pudesse se instalar.

CARNAVAL 1

O repúdio a Bolsonaro deu o tom no carnaval desse ano, de norte a sul do país. Já no domingo de pré-carnaval, 24 de fevereiro, no Bloco "Acadêmicos do Baixo Augusta", um dos maiores blocos da cidade de São Paulo, pode-se ver uma massa de foliões entoando um "ei, Bolsonaro, vai tomar no ..." com a bateria marcando o ritmo. Também em SP o Bloco 77 cantou junto com os foliões "Doutor, eu não me engano, o Bolsonaro é miliciano". Em Salvador, o bloco BaianaSystem mandou um "Bolsonaro é o ca..." e, como em Belo Horizonte no bloco Ladeira Abaixo, a multidão acompanhou.

CARNAVAL 2

O povo não perdeu a oportunidade também de se manifestar por Lula Livre. Em São Paulo o grito ecoou em diversos blocos e também apareceu em camisetas e cartazes. O mesmo se repetiu em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, Santa Catarina e outros estados. No desfilie das escolas de samba do Rio de Janeiro a Paraíso da Tuiuti trouxe uma referência a Lula no seu desfile e pode-se ouvir nas arquibancadas gritos de "Lula Livre" no encerramento da apresentação. Até na festa da vitória da campeã Mangueira apareceu camiseta e uma faixa "Lula Livre". Mesmo se, diferente da Tuiuti, no enredo da Mangueira, que pretendia contar a história da perspectiva dos oprimidos, não havia nenhuma menção a Lula, ou à luta da classe operária contra a ditadura, denunciada no samba.

CARNAVAL 3

As manifestações anti-Bolsonaro e pró-Lula no carnaval despertaram uma reação violenta por parte da PM em alguns locais. Em Belo Horizonte os coordenadores do bloco "Tchanzinho Zona Norte" foram ameaçados pela PM no sábado (2) após ser puxado do carro de som e entoados pela massa de foliões gritos de "Ai, ai, ai, Bolsonaro é o carai".

CARNAVAL 4

No domingo de carnaval (3) a Polícia Militar covardemente agrediu Geovani Doratiotto, presidente do PT de Atibaia (SP), porque usava uma camiseta Lula Livre, quebrando o seu braço dentro da própria delegacia de polícia da cidade. A agressão foi registrada em vídeo. O PT, por meio de sua assistência jurídica, noticiou o crime de lesão corporal grave ao Ministério Público do Estado de São Paulo para que tomem as devidas providências contra os agressores.

Memória

PRESOS POLÍTICOS NA ARGÉLIA FAZEM GREVE DE FOME

No dia 13 de fevereiro, 11 presos políticos começaram uma greve de fome na prisão de Barberousse, em Argel (capital da Argélia). Eles encontram-se presos desde o dia 23 de dezembro e se viram forçados a entrar em greve de fome para exigir do governo o direito elementar de serem reconhecidos com o estatuto de presos políticos. A única acusação lançada contra eles se deve ao fato de pertencerem à Organização Socialista dos Trabalhadores, seção argelina da 4ª Internacional – Centro Internacional de Reconstrução. A OST é uma organização que luta pelas liberdades democráticas (...) para que o povo argelino possa decidir livremente sobre seu futuro; a OST luta por uma Assembleia Constituinte Soberana.

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

EXCLUSIVO

LULA

"A oposição precisa fechar questão contra o Colégio Eleitoral"

"Eu acho que a campanha pelas eleições diretas vai terminar fazendo o povo descobrir a necessidade da greve geral".

pág. 6/7

Arnaldo Gonçalves trai a greve da Cosipa

pág. 12

O Brasil todo pelas diretas-já!

A camarilha do Planalto trama para impedir as eleições livres para presidente. Nas ruas, mais de um milhão e meio já se manifestou contra o Colégio Eleitoral biônico. Agora, a CUT chama os partidos de oposição, nos comitês pró-diretas, a discutirem uma paralisação cívica nacional pelas eleições livres e diretas.

O Trabalho nº 232 – 9/3/1984

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Mariana Waechter

Defesa da Previdência, Lula Livre: duas tarefas, um partido

Preservar o PT e os direitos dos trabalhadores

Cerca de 200 sindicalistas e parlamentares petistas, aderiram à resposta ao ex-ministro Barbosa, descartando uma "proposta de esquerda" de reforma da Previdência (ao lado). Esta proposta acaba confluindo para negociar emendas à PEC de Bolsonaro, atitude esposada por alguns governadores do PT.

Ora, o partido se prepara para lançar uma série de Caravanas Lula Livre, começando em 5, 6 e 7 de Abril, por Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. O objetivo é ampliar a Campanha Lula Livre (v. pág. 10), que terá um marco importante nas Jornada de 7 abril por ocasião de 1 Ano da Prisão.

"Negociar" é abandonar Lula

Mas entrar no jogo da negociação da Previdência, é jogar uma ducha de água fria na resistência social, e vai acabar levando a abandonar Lula aos tribunais. Ao contrário, derrotar a coalizão golpista na questão-chave da Previdência - pela mobilização popular, inclusive com uma greve geral - é o caminho mais curto para criar uma nova relação de forças nas ruas do país, e arrancar Lula da cadeia.

O caminho para enfrentar os ataques de Bolsonaro, que visam a destruição do PT e à criminalização dos sindicatos e movimentos populares, é o mesmo caminho da defesa sem concessões dos direitos do povo, para frear até travar esse governo.

É duro e difícil, mas é o único caminho.

Markus Sokol

Petistas colhem adesões nas ruas

Contra a "reforma" de Bolsonaro

A iniciativa foi dos apoiadores do deputado estadual Betão (PT-MG) em Juiz de Fora e Santos Dumont.

"O presidente Jair Bolsonaro (PSL) enviou ao Congresso Nacional a proposta de Emenda à Constituição (PEC 06/2019) que dificulta o acesso a aposentadoria de trabalhadores e trabalhadoras e reduz o valor dos benefícios. A proposta é pior do que a apresentada pelo ilegítimo Michel Temer (MDB) no ano passado e derrotada pela pressão popular, após a maior Greve Geral da história do país, em abril de 2017.

A PEC da reforma de Bolsonaro estabelece a obrigatoriedade da idade mínima de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres, aumenta o tempo de contribuição de 15 para 20 anos e estabelece que para o beneficiário alcançar 100% da média das contribuições, ele terá que contribuir com o INSS por 40 anos, além de retirar da Constituição o sistema de Seguridade Social brasileiro.

Os mais prejudicados com a PEC 06/2019 serão os que recebem os salários mais baixos, os trabalhadores do campo e os da cidade cujas em profissões exigem mais esforço físico; e sacrifica também os que entram cedo no mercado de trabalho.

Por isso, nós abaixo-assinado exigimos a **IMEDIATA RETIRADA DA PEC 06/2019** por entendermos que essa proposta tem como objetivo atacar o direito à aposentadoria dos trabalhadores e das trabalhadoras."

TIREM AS MÃOS DA NOSSA PREVIDÊNCIA PÚBLICA E SOLIDÁRIA!

Resposta a uma "Carta ao povo petista"

Nós, militantes do PT, lemos com surpresa uma "Carta ao povo petista" do ex-ministro da Fazenda do segundo governo Dilma, Nelson Barbosa (Folha de S. Paulo, 19.01.19).

Com surpresa, tanto pelo tom provocativo do ex-ministro – que chega a dizer que "pode haver greve geral, passeata, abaixo-assinado, show na Cinelândia e manifestação no TUCA", que "ainda assim a reforma do nosso sistema de Previdência é necessária" - que faz pouco caso da mobilização para barrar a contrarreforma da Previdência pretendida pelo mercado e pelo governo Bolsonaro, quanto pelo conteúdo do "substitutivo" que Barbosa propõe que o PT assuma para entrar no jogo da "reforma necessária".

Barbosa voltou à carga, no Valor Econômico (29.01.19), cobrando uma "proposta da esquerda" e dizendo que apenas "uma minoria ruidosa descarta a necessidade da reforma". Ora, a CPI do Senado, de iniciativa do senador Paulo Paim, concluiu que não há rombo estrutural no sistema de Seguridade Social, o que há é uma dívida de 450 bilhões dos empregadores – privados e públicos – com o sistema. Especialistas e a ANFIP corroboram a inexistência de "rombo" na Previdência, que é a grande justificativa para uma reforma.

A CUT, ao lado de outras centrais, já anunciou que não aceitará qualquer proposta que retire, diminua ou flexibilize os direitos sociais assegurados pelo atual sistema de Seguridade Social, público, universal e por repartição, que inclui Previdência, Saúde e Assistência Social, o que é claramente o objetivo dos especuladores e banqueiros que querem destruí-lo para abrir um negócio bilionário para o "mercado".

Queremos tornar pública nossa posição no âmbito interno do PT, junto a seus militantes, dirigentes e parlamentares, que não estamos de acordo com a proposta e o conteúdo do substitutivo pretendido pelo ex-ministro. Barbosa defende aumentar o percentual de contribuição dos trabalhadores públicos e privados (subir de 11 para 14%), no caso dos privados com uma redução do desconto do FGTS de 8% para 5%. Defende também a idade mínima, com transição baseada no 85/95 móvel que já existe.

Para nós, não é preciso reformar o sistema de Seguridade Social para os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos, o que é urgente é cobrar os 450 bilhões devidos ao INSS pelos empregadores e atacar privilégios existentes em regimes especiais de aposentadoria (militares, juízes e parlamentares). Contamos com o PT para a organização da mais ampla resistência social CONTRA a reforma/desmanche da Previdência pretendida pelo novo governo.

Não é hora de entrar no jogo de "minorar os males" da contrarreforma. "Não mexam na nossa Previdência", dizem os trabalhadores e seus sindicatos. "Tirem as mãos da nossa Previdência", devemos dizer todos e todas no PT, que é o principal partido de oposição ao novo governo!

Os petistas que militam em todos os níveis da CUT e também em outras centrais sempre afirmaram serem inegociáveis os nossos direitos! Continuamos com essa posição e não vamos aceitar rebaixar nossos direitos previdenciários, nem com aumento de alíquota ou de tempo de contribuição, nem com a imposição de uma idade mínima e da capitalização individual.

A hora é de organizar a resistência de toda a classe trabalhadora, o que coloca a questão de preparar

inclusive uma greve geral se o governo insistir, como tudo indica que fará. É na organização dessa resistência que contamos com o nosso Partido dos Trabalhadores!

Primeiros signatários: Antonio Lisboa (Executiva CUT), Ariovaldo Camargo (Executiva CUT), Aristides Santos (Contag), Betão Cupolillo, deputado estadual PT-MG, Carmem Foro (Vice-presidente CUT), Cida Trajano (CNTRV), Eduardo Guterra (Executiva CUT), Graça Costa (Executiva CUT), Jandyra Uehara (Executiva CUT), José Lopes Feijó (Metalúrgico ABC), Julio Turra (Executiva CUT), Luis Gonzaga Gegê (Ass. Parlamentar), Paulo Cayres (Secretário Sindical PT, CNM), Quintino Severo (Executiva CUT), Vicentinho, deputado federal PT-SP

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA PT

de 14 a 28 de março de 2019

militante.petista.org.br

Encontro Estadual em Minas

Atividade organiza a luta e o reforço do Diálogo e Ação Petista

No dia 23 de fevereiro, em Belo Horizonte, ocorreu o Encontro Estadual do Diálogo e Ação Petista (DAP-MG), para debater a conjuntura, os governos Bolsonaro e Zema e suas primeiras medidas contra os direitos da classe trabalhadora e do povo.

Com participação de representantes de 15 cidades de 4 regiões do Estado, os temas foram apresentados pelo deputado estadual Betão, membro do Diretório Estadual e do DAP, pelo deputado federal Patrus Ananias, do Diretório Nacional, e por Luiz Eduardo Greenhalgh, da Direção Nacional do PT e Comitê Nacional do DAP.

O Encontro aprovou uma Declaração aos Petistas Mineiros, para contribuir com a discussão no interior do partido sobre a grave situação do país e de Minas, em função das medidas tomadas pelos respectivos governos de ataque aos direitos e conquistas dos trabalhadores e aos direitos democráticos. Por isso, o combate à contrarreforma da Previdência e à reforma administrativa do governo Zema, além da necessidade de retomar a luta pela reestatização da Vale estiveram em discussão. Ponto alto, que emocionou os militantes, foi a discussão por Lula Livre. Combater a prisão política do companheiro Lula é manter viva a defesa do PT e dos direitos democráticos em nosso país.

Encontro teve a participação de 15 cidades de 4 regiões mineiras

No final, os militantes indicaram os membros da coordenação estadual do DAP-MG, e aprovaram reuniões de volta para encaminhar as campanhas aprovadas, chamar os petistas, sindicatos e movimentos populares para organizar a resistência, assim como para a preparação do 7º Congresso Nacional do PT.

Também estiveram presentes ao encontro Arnaldo Godoy, vereador e presidente do PT-BH; Pedro Patrus, vereador do PT-BH; Cida de Jesus, presidente do PT-MG; Ivo José, ex-deputado estadual e federal do PT-MG, e Carlos Magno, da Executiva da CUT-MG.

Gilson Lyrio

DAP-DF debate a Venezuela

Em 26 de fevereiro, um debate sobre a Venezuela, promovido pelo DAP-DF, contou com a presença de 80 sindicalistas, militantes populares e dirigentes políticos de distintas origens, como o ex-ministro Ricardo Berzoini.

A mesa da atividade foi composta por Freddy Meregote (Encarregado de Negócios da Venezuela), Samuel Pinheiro Guimarães Neto (ex-ministro de Assuntos Estratégicos do Brasil), o deputado distrital Chico Vigilante (PT) e Edison Cardoni (CONDSEF).

Para ressaltar o quanto é hipócrita a "ajuda" para a Venezuela, Cardoni lembrou que o Haiti vive uma verdadeira crise humanitária sem que os EUA se importem com isso. Fracassou a tentativa do imperialismo de, no dia 23 de fevereiro, iniciar uma provocação que poderia levar a uma guerra desagregadora (como na Líbia). Lembrou que Maduro foi eleito com 68% dos votos numa eleição antecipada para maio de 2018 a pedido da própria oposição. Hoje, 89% da população da Venezuela está contra a intervenção estrangeira.

Chico Vigilante considerou a "ajuda humanitária" que foi a Pacaraima uma piada, com suas duas caminhonetes e pesada escolta militar. E afirma estar preocupado com a democracia em todo o mundo, pois já são 50 países que reconhecem Guaidó, que de um dia para outro se autoproclamou presidente. Reafirmou seu compromisso com a defesa da Venezuela em todos os fóruns.

Samuel Pinheiro mostrou os aspectos geopolíticos que explicam a ânsia dos EUA em controlar a Venezuela: a maior reserva de petróleo do mundo, o lugar geograficamente estratégico ocupado pela Venezuela, os aspectos socioeconômicos do país e o papel desenvolvido por Chávez no contexto da América Latina. Lembrou também o quão limitados foram os chamados "governos progressistas".

Freddy Meregote saudou o dirigente do sindicato dos taxistas presente no evento, em nome de Maduro (motorista de ônibus). Disse que a raiz da ofensiva do imperialismo dos EUA (maior potência bélica do mundo) vem de uma profunda crise econômica e de dominação. Explicou a importância da resistência na Venezuela para o continente, para a preservação da democracia e autodeterminação dos povos.

O debate foi importante para aprofundar aspectos da situação que é muita deturpada pela grande mídia provocando confusão na militância.

Marcius Siddartha

Também em Recife o DAP participou dos festejos do Carnaval, protestando

Ceará: em defesa da aposentadoria

No sábado, 9 de março, com mais de 12 horas de chuva e parte da cidade intransitável, 40 companheiros e companheiras compareceram à palestra-debate Tirem as Mãos da nossa Previdência, com os companheiros José Pimentel, ex-senador petista, e Roberto Luque, da Executiva Estadual da CUT-CE. O evento foi uma iniciativa do Grupo de Base Sindical do DAP-CE.

Pimentel insistiu no fato de que a emenda constitucional retira direitos e deixa ao relento um público de até 40 milhões de pessoas, até agora amparadas pelo sistema de seguridade. Chamou a atenção para o corte da aposentadoria de trabalhadores como as quebradeiras de coco, os pescadores artesanais, os extrativistas e mesmo portadores de necessidades especiais.

Luque se concentrou na explicação de como a contrarreforma atinge os assalariados, levando, se aprovada, à destruição pura e simples das aposentadorias.

Os presentes decidiram organizar, através do DAP Sindical, a reprodução do debate na base no sentido de preparar o 22 de março no Ceará.

Em São Paulo, grupos de base organizam a luta

Os grupos de base da capital paulista estão se reunindo para discutir e organizar a luta em defesa da Previdência e a campanha Lula Livre.

No Campo Limpo, dia 9 de março, a reunião do grupo de base do DAP foi unânime a posição de que não deve haver qualquer negociação por parte do PT e de seus parlamentares reforma da Previdência.

O DAP Brasilândia decidiu preparar a luta na região contra o fim da previdência pública. Para isso foi realizado um debate na sede do diretório e panfletagens nos dois principais terminais de ônibus da região.

O DAP Centro reuniu-se no final de fevereiro e decidiu fazer panfletagens e diálogo com a população nas feiras e terminais. Por iniciativa do DAP, o diretório zonal de Guaianazes realizou debate dia 10 de março sobre a contrarreforma da previdência, Mais de 50 petistas ouviram a exposição de Juliana Salles, da Executiva Nacional da CUT, seguida de rico debate.

8 DE MARÇO

O DAP esteve presente nos atos do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora (aqui, na Avenida Paulista)

Bolsonaro ataca todos os segm
com sua PEC 06 para s

"Quanto mais emprego, mais salário, m

Já está no Congresso Nacional a PEC 06/2019, da "Nova Previdência" de Bolsonaro. Trata-se de um ataque em regra aos direitos à aposentadoria, assistência social e de saúde que fazem parte do sistema de Seguridade Social existente no Brasil.

Sim, pois a Previdência pública, baseada no regime de repartição (quem está na ativa financia o aposentado) é uma conquista maior do movimento operário pelo seu caráter coletivo, solidário e a obrigação dos patrões de contribuírem para o sistema (para além da contribuição do próprio trabalhador e outras fontes de financiamento garantidas pelo Estado).

Por isso mesmo é atacada por governos a serviço do capital em toda a parte, visando criar uma situação que empurre os trabalhadores para a previdência privada (fundos de pensão, capitalização individual) gerando um bilionário negócio que é especular com a poupança do trabalhador no mercado financeiro.

Previdência e luta de classes

É por isso que o setor financeiro, do qual saiu o ministro Paulo Guedes é o que tem mais interesse na "reforma" da Previdência, pois além de aumentar o número de trabalhadores que serão empurrados para a previdência privada, vai liberar recursos para o pagamento de juros da dívida pública em mãos de banqueiros e especuladores. Os demais setores do empresariado capitalista também a apoiam, para pagarem menos para o INSS, reduzindo seus custos e aumentando assim os seus lucros.

A batalha para barrar a PEC 06 tem assim um claro conteúdo de "classe contra classe", capitalistas contra o conjunto da classe trabalhadora!

No Brasil, logrou-se incluir na Constituição de 1988 a Seguridade Social (Previdência, saúde e assistência social) como um direito social. Agora, o governo agita um falso déficit "incontrolável" na Previdência e o combate a privilégios que não estão no RGPS (regime geral do setor privado) e no RPPS (regime próprio do servidor).

Se aprovada a PEC 06, o que exige 308 votos na Câmara e também 3/5 no Senado, futuras mexidas na Seguridade Social poderão ser adotadas por leis complementares (maioria simples). Assim, os direitos ligados à Previdência seriam retirados da Constituição, inclusive a obrigatoriedade de reajuste pela inflação de quem ganha mais que um Salário Mínimo (SM).

Todos e todas teriam que trabalhar mais tempo e contribuir mais, para receber aposentadorias menores e por menos tempo de vida.

Não há nada a negociar, derrotar a PEC 06

O ponto de partida da batalha contra a PEC 06 - nos apoiando nos resultados da CPI do Senado realizada em 2018 por iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), que demonstrou a falácia do "rombo da Previdência" (que até 2015 era superavitária) e indicou dívidas de empregadores de mais de 450 bilhões de reais – é a oposição global à mesma: não há nada a ser negociado, pois trata-se da pura e simples perda de direitos!

Na atual relação de forças no Congresso, entrar numa linha de "minorar os males" só legitimaria esse ataque destruidor. Como disse Lula desde sua prisão em Curitiba, a situação da Previdência resume-se em "quanto mais emprego, mais salário, mais contribuição e menos déficit". Seu equilíbrio depende do nível de emprego, carteira assinada (setor privado) e ocupação de cargos vagos com concursos no setor público.

Mas o governo vai na direção oposta: proíbe novos concursos públicos (EC 95) e destrói a CLT, sucateando assim a Previdência para depois justificar uma "reforma". Com a PEC 06 a tendência será aprofundar a crise socioeconômica, pois a brutal redução de pensões daqueles de menor renda e das áreas rurais provocará a redução do consumo popular e a retração do mercado interno. É um círculo destrutivo que foi aberto com a EC 95 (congela gastos públicos por 20 anos) e a contrarreforma trabalhista que aumentou a precarização da mão de obra.

Por isso é que a batalha para barrar a "reforma" da Previdência é a questão central tanto para o governo a serviço dos verdadeiros privilegiados, que são os capitalistas locais e estrangeiros aos quais serve, quanto para o movimento de resistência dos trabalhadores em defesa de seus direitos. Veja a seguir os aspectos centrais da PEC 06.

Os prejuízos são para todos os trabalhadores

Ainda mais perversa para as mulheres

As mudanças previstas com a PEC 06 ignoram - e agravam – as desigualdades de gênero que caracterizam o mercado de trabalho e as relações sociais no Brasil. As mulheres estão majoritariamente em ocupações de menores salários (educação, saúde e serviços sociais) – mas mesmo dentro dessas ocupações, a remuneração masculina foi 67,2% maior que a feminina no 4º trimestre de 2018. Na média geral, os homens recebem 28% a mais que as mulheres no país.

As mulheres, via de regra, assumem a responsabilidade pelos afazeres domésticos e pelas tarefas de cuidados com a família, impedindo-as de construir uma trajetória laboral contínua. Não à toa, em 2017, entre as mulheres que se aposentaram por idade (a maioria das aposentadas) 50% delas tinham contribuído por apenas 16 anos. Imagine-se o impacto gerado pelo aumento do tempo mínimo de contribuição, de 15 para 20 anos! Em 2018, quase metade (47%) das mulheres inseridas no mercado de trabalho não possuía registro em carteira, o que dificulta a contribuição previdenciária. Entre as domésticas, 62% não fazem o recolhimento.

Com a adoção da capitalização individual, as mulheres, que já recebem menos que os homens nas atuais regras, vão receber cada vez menos pois dependerão de suas contribuições individuais.

Além disso, no caso da aposentadoria do RGPS (setor privado), as mulheres terão ainda o aumento na idade mínima de 60 para 62 anos. No caso da aposentadoria dos professores, categoria na qual 80% são mulheres, as exigências serão igualadas, com idade mínima de 60 anos!

A PEC 06/2019 também propõe restringir os valores e as atuais regras de acesso às pensões por morte (das quais 83,7% dos beneficiados eram mulheres em 2017), e ao BPC (59,1% mulheres, justamente aquelas que não atingiram os 15 anos de contribuição).

Professores

Os professores e professoras serão uma das categorias mais penalizadas, como demonstra a tabela abaixo.

Urbanos

Como é atualmente	Proposta Bolsonaro
Homens • **35 anos de contribuição** Valor do salário-benefício = média dos 80 maiores salários + fórmula 85/95 ou fator previdenciário **OU** •**65 anos de idade + mínimo de 15 de contribuição** Valor do Benefício = 70% do SalárioBenefício, + 1% a cada 12 contribuições	• Estabelece obrigatoriedade de idade mínima para concessão de todos os benefícios: 65 anos para homens e 62 para mulheres + Tempo de contribuição mínimo de 20 anos e de 40 anos para benefício integral • Revisa a fórmula de cálculo do salário-benefício para reduzir o valor a ser recebido
Mulheres • **30 anos de contribuição** Valor do benefício: idem homens OU • **60 anos idade + mínimo de 15 de contribuição** Valor do Benefício: idem homens	**Problemas e Riscos** • Exclui ou dificulta o acesso • Retarda a concessão do benefício • Reduz o valor da aposentadoria • Amplia desigualdade entre homens e mulheres na velhice; ignora desigualdades regionais

Fonte: Subseção do Dieese/CUT.

Professores

Como é atualmente	Proposta Bolsonaro
Homens • RP: 55 anos de idade+ mínimo de 30 anos de Contribuição + 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo • RG: 30 anos de contribuição	• 60 anos de idade de mulheres/homem + 30 anos de contribuição • Com 30 anos de contribuição, recebe 80% do salário-benefício • Para o RP + 10 anos de atividade profissional como professor e 5 anos no cargo.
Mulheres • RP: 50 anos idade + mínimo de 25 anos de Contribuição + 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo • RG: 25 anos de contribuição	**Problemas e Riscos** • Dificulta o acesso e retarda a concessão do benefício • Reduz o valor da aposentadoria • Amplia desigualdade entre homens e mulheres na velhice

Fonte: Subseção do Dieese/CUT.

mentos da classe trabalhadora
satisfazer o "mercado"

nais contribuição e menos déficit" (Lula)

Servidores Públicos

Como é atualmente

Homens
- 60 anos de idade + mínimo de 35 anos de contribuição
- Mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público
- Teto igual o Regime Geral

Mulheres
- 55 anos de idade + mínimo de 30 anos de contribuição
- Mínimo de 5 anos de efetivo exercício no serviço público
- Teto igual o Regime Geral

Proposta Bolsonaro
- Estabelece idade mínima para concessão de todos os benefícios: 65 anos para homens e 62 para mulheres
  + Tempo de contribuição mínimo de 25 anos e de 40 anos para benefício integral
- Revisa a fórmula de cálculo do salário-benefício para reduzir o valor a ser recebido

Problemas e Riscos
- Dificulta o acesso e Retarda a concessão do benefício
- Reduz o valor da aposentadoria
- Amplia desigualdade entre homens e mulheres na velhice
- Ignora as desigualdades dentro do serviço público
- Ignora as alterações que já foram realizadas em 2003/2013

Fonte: Subseção do Dieese/CUT.

Trabalhadores Rurais

Os agricultores familiares nem sempre têm renda para contribuir com o INSS, e por isso estão na categoria de "segurados especiais". A PEC prevê 20 anos de contribuição e idade mínima de 60 anos para homens e mulheres do campo se aposentar. Além disso, o grupo familiar terá de contribuir com, no mínimo, R$ 600,00 ao ano, mesmo se não produzirem nada no período. Hoje a idade mínima para os trabalhadores da agricultura familiar é de 55 anos para as mulheres e 60 para os homens, com obrigatoriedade de comprovar 15 anos de atividade rural.

Servidores Públicos

Hoje os servidores públicos federais se aposentam aos 60 anos com, no mínimo, 35 anos de contribuição e as mulheres com 55 e 30 de contribuição. O teto é igual ao dos trabalhadores da iniciativa privada, R$ 5.839,46. O benefício do servidor aposentado passou a ser calculado de acordo com a média de sua contribuição a um fundo de previdência. Servidores estaduais e municipais que tem regimes próprios, seriam também atingidos pelas novas regras da PEC 06. Veja a tabela acima.

Capitalização individual

A capitalização prevê que cada trabalhador faz a própria poupança, depositada em uma conta individual. Na prática, isso significa que o valor da aposentadoria depende do rendimento que ele tiver em sua conta individual. Rendimento que será utilizado pelos bancos ou administradores para jogatinas no mercado financeiro – sem qualquer controle do trabalhador – o que leva a situações desesperadoras para aposentados como ocorre hoje no Chile ("reforma" imposta pela ditadura Pinochet).

Pensão por morte e Acúmulo de benefícios

A PEC 06 diminui para 50% o valor da pensão por morte dos cônjuges e órfãos. No caso dos viúvos e viúvas, a proposta prevê 10% a mais por cada dependente. Pelas regras atuais, é possível o acúmulo de pensão e aposentadorias. Já a PEC restringe essa possibilidade e reduz o valor do benefício: se uma pessoa for acumular aposentadoria com pensão poderá escolher o benefício de valor mais alto e o outro vai ser repassado com desconto, de acordo com reduções por faixas escalonadas de salário mínimo.

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

A idade mínima do BPC, no valor de um salário mínimo por mês pago a idosos e pessoas com deficiência em situação de miséria, passa de 65 para 70 anos, com a criação de um "bônus" de R$ 400,00 para maiores de 60 anos (menos da metade do salário mínimo). Pessoas com deficiência continuam com a regra atual.

Alíquotas progressivas

São introduzidas quatro novas alíquotas para a contribuição do trabalhador do setor privado –até 1 SM de 7,5%, até 2 mil reais de 9%, até 3 mil de 12% e até o teto do INSS (5.839 reais) 14%. Para os servidores públicos, além dessas, há ainda mais quatro alíquotas: do teto do INSS até 10 mil reais de 14,5%; até 20 mil reais de 16,5%; até 39 mil reais de 19% e acima deste valor de 22%. Hoje, no setor privado, as alíquotas vão de 8% a 11% e no setor público ela é de 11%.

Este aumento "progressivo" de alíquotas vai ser apresentado pelo governo como a grande novidade por taxar mais os salários mais altos, como se fosse o imposto de renda. Mas Previdência não é imposto, é um direito social, e taxar uma ínfima minoria que ganha mais de 20 mil reais, por exemplo, vai servir de cortina de fumaça para o aumento de alíquotas para trabalhadores que ganham até o teto do INSS, vale dizer os operários ou outros profissionais que ganham menos de 6 mil por mês e passarão de 11% para 14% de alíquota. Já o desconto para os trabalhadores que ganham até 1 SM será de apenas menos 0,5%.

FGTS

A PEC traz itens de legislação trabalhista que nada têm a ver com Previdência: os patrões podem ficar livres de pagar a multa de 40% sobre os depósitos efetuados no FGTS daquele que se aposentar e continuar trabalhando na mesma empresa. Eles também não precisarão mais continuar recolhendo o FGTS dos empregados aposentados. Hoje, o trabalhador se aposenta, recebe o valor que tem depositado em sua conta do FGTS e, se continuar trabalhando, o patrão continua depositando 8% na sua conta. Quando a empresa demitir esse trabalhador, ele recebe todos os direitos trabalhistas e os 40% da multa do FGTS.

Mudança do regime: capitalização

Como é atualmente

Repartição simples: os trabalhadores da ativa + mais as contribuições dos empregadores + impostos = pagamento dos atuais aposentados.

Proposta Bolsonaro
- Modelo misto: repartição simples (até 1 SM) + capitalização (poupança individual) em fundo público ou privados
- "Possibilidade" de contribuição dos empregadores e não obrigação
- Contribuição definida; mas valor do benefício não será pré-definido
- Lei complementar irá definir a maior parte das regras
- Como será o financiamento do custo de transição? Que irá pagar essa conta?

Problemas e Riscos
- Direito vira seguro
- Fundo público migra para sistema financeiro
- Privatização;
- Altas taxas de administração;
- Risco de prejuízo nos investimentos que remuneram as contas;
- "Caixa preta" das fórmulas que definem o benefício;
- Rendimentos menores do que no modelo de repartição simples;
- Quebra da contribuição tripartite – retira obrigatoriedade dos empregadores contribuírem para Previdência

Fonte: Subseção do Dieese/CUT.

Valor do Benefício

Como é atualmente

Cálculo do Salário-benefício:
- Média das 80% maiores contribuições ao longo da vida profissional

Por tempo de contribuição: é o salário benefício

Por idade:
- Com 15 anos de contribuição: 70% do salário-benefício;
- Com mais de 15 anos de contribuição: +1% a cada 12 meses de contribuição

Proposta Bolsonaro

Cálculo do Salário-benefício:
- Média de todas as contribuições ao longo da vida profissional (inclui os menores salários, o valor fica menor)
- Aposentadoria com tempo mínimo de contribuição (20 anos RG e 25 anos RP): 60% do salário-benefício + 2% a cada ano, progressivamente, até 100% aos 40 anos de contribuição
- Tira da Constituição a obrigatoriedade de reposição da inflação para os benefícios acima do salário mínimo.

Evolução do valor do benefício

20 anos de contribuição RG e 25 RP → 60%

soma a cada ano → +2% ...

30 anos de contribuição professores → 80% +2% ...

40 anos de contribuição → 100%

Fonte: Subseção do Dieese/CUT.

Mobilização em 22 de março contra a PEC 06, rumo à Greve Geral!

Centrais sindicais convocam Dia Nacional de Luta em defesa da Previdência

A PEC 06 entregue ao Congresso Nacional pelo governo Bolsonaro superou as mais pessimistas previsões de maldades contra o direito à Previdência da classe trabalhadora (veja as páginas 6 e 7 desta edição).

A CUT e as demais centrais sindicais declararam que não aceitariam qualquer proposta que retirasse, diminuísse ou flexibilizasse os direitos sociais assegurados pelo atual sistema de Seguridade Social. Tudo o que faz a PEC 06, que, portanto, deve ser rechaçada em bloco, sem ambiguidades.

A primeira mobilização nacional está convocada para 22 de março. Em todos os estados devem ser realizadas plenárias sindicais, integrando organizações do movimento popular, para discutir os ataques da PEC 06 e para adotar medidas de mobilização não só nos locais de trabalho mas também nos de moradia, combatendo a propaganda oficial do governo e as pressões da grande mídia de que "a reforma da Previdência é necessária para salvar o país do desastre".

Não existe outra prioridade neste momento, pois se a força da mobilização impuser uma derrota á PEC 06, é o próprio futuro do governo Bolsonaro que estará em questão.

Preparar a Greve Geral

Um ataque de tamanha envergadura vai exigir dos sindicatos um trabalho real de preparação de uma greve geral ainda neste semestre, já que a tramitação da PEC 06 deve se dar até junho.

O que não se faz só cobrando da CUT e de outras centrais que a convoquem, mas que começa em cada sindicato, com os dirigentes indo aos locais de trabalho com panfletos e jornais explicando o conteúdo da "reforma", com a convocação de assembleias que envolvam amplamente os trabalhadores e tomem decisões de ação, a começar pela participação na mobilização nacional de 22 de março.

Não há nada a ser negociado na PEC 06, é preciso barrá-la, sem ilusões em emendas paliativas. A jornada de 22 de março é uma primeira oportunidade para um diálogo direto com o povo trabalhador e para ações que podem incluir paralisações, passeatas, concentrações de trabalhadores e manifestações nas principais cidades juntando todos que dizem Não à destruição da Previdência Pública e das aposentadorias.

Julio Turra

MP 873 QUER ASFIXIAR SINDICATOS

Em relação com seu objetivo de aprovar a PEC 06, Bolsonaro editou a MP 873 na qual proíbe até mesmo o desconto em folha das mensalidades sindicais, que são autorizadas pelos trabalhadores ao preencherem suas fichas de sindicalização. A medida provisória também proíbe desconto em folha de qualquer contribuição sindical (taxa negocial ou qualquer outra adotada em assembleia ou convenção coletiva), admitindo apenas o pagamento em boleto bancário.

A intenção é evidente. Muitos sindicatos já tinham sido abalados com o fim do imposto sindical da contrarreforma trabalhista de Temer (Lei 13.467), e agora Bolsonaro quer asfixiá-los ainda mais exatamente no momento em que entrega a proposta de destruição da Previdência, sabendo que a espinha dorsal da resistência está no movimento sindical.

Medidas jurídicas foram tomadas por organizações sindicais e já houve decisões de primeira instância favoráveis à cobrança de mensalidades e taxas decididas em assembleias ou estipuladas em convenções coletivas. Agora é pressionar os parlamentares pela derrubada da MP 873 e no diálogo com as bases sindicais para barrar a PEC 06, demonstrar a importância de financiar o sindicato para lutar por seus direitos.

Servidores suspendem greve, mas continuam em luta

Agora é unidade de todos os trabalhadores contra a reforma de Bolsonaro

Após 33 dias em greve unificada, no dia 8 de março, os servidores municipais de São Paulo decidiram, em assembleia, suspender o movimento.

O eixo da greve: revogação da lei municipal 17.020/18, que instituiu o aumento da alíquota de 11% para 14% e a criação do regime de previdência complementar para novos servidores. As entidades em greve decidiram agregar outros pontos como: reajuste de 10%, valorização dos serviços públicos e dos servidores.

Servidores municipais encerram movimento depois de 33 dias de greve

No meio da greve, no dia 20/02, o governo federal entrega ao Congresso Nacional a sua reforma da Previdência, que ataca duramente o conjunto dos trabalhadores brasileiros. A disposição da luta dos servidores de São Paulo deve ser canalizada agora para o combate chamado pela CUT e demais sindicais para impedir a destruição da Previdência pretendida pelo governo Bolsonaro (ver acima).

Intransigência do governo

O prefeito Covas (PSDB), que tentou negar a existência da greve, passou a ameaçar os grevistas com processos disciplinares e no dia 14/02 determinou o corte de ponto. Isto levou a um recuo em alguns setores, embora novos tenham entrado no movimento. A disposição de luta era formidável. Nas passeatas, após as assembleias, num diálogo com a população era visível a indignação com o prefeito que, literalmente, afunda a cidade no caos.

Em 21/02, o governo acabou recebendo as entidades, mas nada avançou e a greve continuou. A insistência na negociação era uma necessidade, mesmo havendo pressão de setores para entrar com ações judiciais (o que acabou ocorrendo através de parlamentares do PSOL e uma entidade). Um erro, pois o Supremo Tribunal Federal, em 2016, determinou cortes dos dias parados, salvo se houvesse negociação.

Em 8 de março o governo apresenta uma proposta: não a revoga lei municipal, mas se compromete a não majorar alíquota acima de 14% caso aprove reforma nacional; estabelecimento de mesas de negociações para diversas áreas, nível básico, médio, saúde, educação, universitário; abono emergencial para nível básico de R$ 200,00 e médio de R$ 300,00 e pagamento dos dias parados em até 7 dias, mediante calendário de compensação. Em assembleia, com 15 mil servidores, a categoria decidiu pela suspensão da greve e continuidade do combate contra a reforma de Bolsonaro, com o conjunto da classe trabalhadora. Proposta aprovada por uma pequena margem, o que levou um setor minoritário a bloquear o caminhão de som e impedir a saída para a ida ao Ato Internacional das Mulheres Trabalhadoras. Atitude deplorável!

Um passo atrás, para dar dois adiante

A proposta de Covas não é satisfatória. Mas a categoria compreendeu que a suspensão da greve era necessária para a manutenção da luta, tanto nas mesas de negociações, quanto no combate nacional à reforma de Bolsonaro.

A greve unificada dos servidores, após anos em que cada categoria tinha suas próprias mobilizações, demonstrou ser o caminho correto. Desde março de 2018, quando os servidores derrotaram o Projeto de ataque à Previdência, do então prefeito Dória, essa unificação foi se consolidando, tanto pelas entidades do funcionalismo, quanto nos comandos unificados. O que permitiu, inclusive, que cada servidor pudesse ver a realidade de cada setor. È um passo enorme para a luta dos servidores em São Paulo.

Agora é preparar o dia 22 de março, com todos os trabalhadores, na luta para barrarmos a reforma da Previdência nacional preparando uma greve geral unitária.

João B. Gomes

Na Ford, resistência em defesa dos empregos

Fechamento da unidade de SBC implicará na destruição de 30 mil postos de trabalho

Na manhã da terça-feira (12/3) cerca de 1500 trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo se reuniram no pátio da fábrica para mais uma assembleia. Na abertura houve o relato da reunião, ocorrida nos EUA, entre dirigentes sindicais dos metalúrgicos e a direção mundial da empresa: a notícia foi de que a multinacional não negociará e a unidade da fábrica encerrará suas atividades. A empresa também informou que há três possíveis compradores para a fábrica. Os representantes do sindicato exigiram participar das negociações para preservar os empregos. Na Ford são 4330 trabalhadores (diretos e terceirizados), mas o impacto na cadeia produtiva pode chegar a 30 mil postos de trabalho. "Não podemos aceitar passivamente o resultado da reunião. Já dizíamos que essa luta é longa e tem que ser feita", afirmou Wagnão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A categoria aprovou, por unanimidade, a resistência por seus empregos e direitos. "Um dia vai entrar para trabalhar, outro dia a gente vai para manifestação na rua, no ministério da Fazenda, no BNDES e até em outros estados. Cada dia será uma história de luta e resistência", disse João Cayres, Secretário-Geral da CUT São Paulo e também trabalhador da Ford. João também afirmou que o governo federal não tem política de defesa da indústria nacional e dos empregos: "Ir para os Estados Unidos dar palpite sobre a Venezuela e não falar nada do que está acontecendo com a Ford no Brasil será um absurdo e um ato de irresponsabilidade com os brasileiros, já que a decisão não impactará só os trabalhadores, mas toda a economia da região, do Estado e até do Brasil", referindo-se ao encontro de Bolsonaro com Trump, marcado para 19/3.

Fotos: Cadu Bazlevski

Presidente do PT, Gleisi Hoffamann fala na assembleia dos trabalhadores da Ford

Para o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), Paulo Cayres, o Paulão, a luta precisa ser nacionalizada para ficar mais forte, envolvendo toda a cadeia produtiva da Ford. "Hoje é com a planta em São Bernardo, mas se não reagirmos a esta decisão eles podem fechar a Ford no Brasil e dar um pé na bunda dos trabalhadores sem direitos e não vamos permitir. Temos que unir forças de todo o país para lutar pelos empregos e acompanhar de perto cada passo desta luta".

Várias falas denunciaram os escandalosos incentivos fiscais que as montadoras receberam. Nos últimos 5 anos a Ford recebeu R$ 7,5 bilhões em desonerações fiscais, os chamados "incentivos", e mais R$ 5 bilhões do BNDES. É um ano de faturamento a mais! E ainda assim demitiu, reduziu direitos e usou o dinheiro não pago em impostos para aplicar na especulação financeira!

Recado de Lula

A presidente nacional do PT e deputada federal Gleisi Hoffmann, presente na assembleia, foi muito aplaudida. Colocou o partido e a bancada a disposição e propôs uma comissão no Congresso para tratar do assunto. Denunciou a responsabilidade do governo federal na negociação. "Nenhuma empresa como a Ford se estabelece em qualquer lugar do mundo sem o Estado. Com estes bilhões em incentivos, o Brasil é acionista e tem o direito de reivindicar a permanência da empresa no Brasil." Gleisi relatou a solidariedade que o ex-presidente Lula mandou à luta dos metalúrgicos: "Quero trazer a solidariedade daquele que foi injustiçado e preso. E hoje é um sequestrado! Se Lula fosse presidente hoje ele estaria aqui e, com certeza, iria na jugular do Trump, porque ele sabe da importância dos empregos e da permanência da Ford para o desenvolvimento do país".

Tiago Maciel

8 de março, primeiros protestos contra a Reforma da Previdência

Lula Livre e combate à violência também marcaram o dia da mulher trabalhadora

Manifestações em todo o Brasil marcaram o 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, nas quais pelo menos quatro temas são preocupações comuns às mulheres de norte a sul e apareceram na maioria dos protestos.

A Reforma da Previdência do governo Bolsonaro, foi uma das pautas centrais. A PEC 06/2019 é perversa para todos os brasileiros que vivem do seu trabalho, mas além disso tende a ampliar as desigualdades entre homens e mulheres no mercado profissional e no trabalho doméstico (ver páginas centrais). Assim, o 8 de março aqueceu as baterias para a luta pela derrota da PEC, que se inicia.

Houve muita unidade nas manifestações para denunciar a violência contra as mulheres. Em 2019, até o dia 7 de março, já haviam sido contabilizados 344 casos de feminicídio, resultando na morte de 207 mulheres (os outros 137 foram tentativas). Um caso a cada quatro horas e 31 minutos nos primeiros 64 dias do ano.

Lula Livre!...

Por todo o país, também ecoaram os gritos de "Lula Livre!". E isso, apesar da vontade de várias organizações de esconder a questão.

Como explicaram as mulheres do PT, da CUT e outras, a luta pela liberdade de Lula tem tudo a ver com as reivindicações das mulheres. Inclusive porque foi através da prisão política de Lula que conseguiram eleger seus representantes para, agora, tentar impor a reforma da Previdência.

Felizmente, para a maioria das mulheres trabalhadoras presentes nos atos, essa questão é clara. Foi assim que, em São Paulo, apesar do acordo na organização do ato ter deixado de fora a palavra de ordem de "Lula Livre" nos materiais, cada vez que uma oradora puxava o grito, milhares e milhares de mulheres se ecoavam.

...Marielle vive!

Às vésperas de se completar um ano da morte da morte da vereadora do PSOL no Rio, Marielle foi homenageada nas faixas, palavras de ordem, cartazes e falas em todo o país. Todas cobram justiça para Marielle e Anderson, questão que mostrou toda a sua importância quando, 4 dias depois, foram presos dois suspeitos da execução. "Quem mandou matar?" é pergunta que precisa ser respondida urgentemente, ainda mais frente a tantos indícios de ligação entre as milícias, os suspeitos do assassinato e a família Bolsonaro.

Participação do PT precisa melhorar

Não há dúvida sobre o papel que as mulheres do PT jogam na organização dos atos de 8 de março, inclusive para garantir sua expressão nacional (em várias cidades do interior, é o PT quem está presente). Mas também em vários locais se nota uma dificuldade em apresentar uma expressão própria durante a mobilização.

Em São Paulo, apesar do ponto de encontro, faixas e distribuição de materiais, havia muita dispersão, com muito mais petistas presentes do que aquelas agrupadas nas faixas do partido. Em Vitória da Conquista (BA), faltou camisas e bandeiras. Em outras cidades, militantes do partido reclamam que não houve intervenção própria do PT e, com isso, outras organizações acabaram dirigindo sozinhas os atos.

Uma questão para avaliação e debate no PT, para buscarmos os meios de expressar melhor a defesa de Lula e do nosso partido e dar lugar a todo petista presente nas mobilizações.

Priscilla Chandretti

STJ pode julgar recurso de Lula neste mês

Decisão do STF sobre prisão após condenação em segunda instância está prevista para 10 de abril

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) poderá julgar, ainda em março, o recurso da defesa de Lula contra sua primeira condenação, relativa ao tríplex do Guarujá. Em novembro, o relator da Operação Lava Jato no STJ, ministro Felix Fischer, negou o recurso contra a condenação. A defesa contestou, pois a decisão não poderia ser tomada por um único ministro.

"O STJ parece querer apressar um julgamento, como vem ocorrendo durante o processo de Lula", afirmou o advogado Leonardo Yarochewsky. Está marcada para 10 de abril a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a possibilidade de pessoas condenadas em segunda instância serem presas, como ocorreu com Lula.

O cerco a Lula, no âmbito da Polícia Federal (PF), do Ministério Público e em todas as instâncias do Judiciário, não tem paralelo. Até um processo contra o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que ocupou por três horas o tríplex de Guarujá, Lula está respondendo! A PF quer saber se ele, preso, incentivou a ação.

Lula acena aos que foram prestar solidariedade no velório do netov

Velório de Arthur

No início do mês, morreu Arthur, neto de Lula, em mais um doloroso episódio para si e sua família. Dessa vez, nem o podre Poder Judiciário e seus ajudantes ousaram impedir a ida de Lula ao velório, embora tenham colocado limitações que tolheram o seu direito de participar do funeral.

O avião que o trouxe de Curitiba chegou às 8h30 em São Paulo, mas Lula ficou retido, porque, segundo a juíza Carolina Lebbos, só poderia permanecer no velório por uma hora e meia. Além disso, foi proibido o uso de celulares e de outros meios de comunicação ou qualquer declaração pública.

Apesar das restrições, ao deixar o cemitério Lula subiu rapidamente no carro da PF e fez um aceno em direção às centenas de pessoas que ali estavam para prestar solidariedade e gritavam o seu nome. O "Estadão" registrou que ao descer, Lula teria sido advertido por um delegado da PF: "O senhor sabe que não devia ter feito isso". Lula, então, respondeu: "O senhor sabe que eu devia". A classe dominante teme a força que Lula encarna, por isso precisou condená-lo, sem provas, e quer mantê-lo afastado de tudo e de todos.

A luta por Lula Livre concentra hoje o combate pela democracia, atacada pelo imperialismo, por meio de seus agentes: juízes, promotores e delegados (ver matéria abaixo). É, ao lado do combate à "reforma" da Previdência de Bolsonaro, a forma mais efetiva de resistir à ofensiva antipopular e antinacional em curso.

No sábado, dia 16, haverá o Encontro Nacional Lula Livre, no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, com a previsão de participação de dirigentes partidários, sindicais e do movimento popular. As discussões e as atividades previstas devem convergir para o 7 de abril, quando se completa um ano da prisão injusta de Lula. Em torno dessa data, haverá ampla mobilização, com panfletagens e reforço das caravanas para a Vigília Lula Livre em Curitiba. A Jornada Internacional de Solidariedade a Lula ocorrerá entre 7 e 10 de abril, com atividades dos comitês internacionais nas embaixadas e em outros locais.

Cláudio Soares

Lava-Jato: instrumento dos EUA contra a Petrobras

O escândalo do acordo com Departamento de Justiça estadunidense

Devido a repercussões negativas, a Lava Jato recuou de sua proposta para constituir e controlar um fundo de gestão de verbas da Petrobras, sob ingerência direta dos EUA.

A força-tarefa da operação Lava Jato, em Curitiba (PR), havia anunciado a criação de uma "fundação para promover projetos anticorrupção". O financiamento viria da Petrobras, a partir de uma "multa" acordada pela atual diretoria com o Ministério Público Federal (MPF) do Paraná (a "Lava Jato") e o Departamento de Justiça (DoJ) do governo Trump.

Ingerência gringa e ilegalidade

Tal "multa" foi produto de um acordo assinado em 2018 entre a diretoria da empresa e o DoJ–EUA, no qual a Petrobras lhe pagaria US$ 853 milhões para que não fosse processada pelos acionistas na bolsa de NY por supostas "perdas de má gestão".

Em janeiro de 2019 o DoJ–EUA alterou o acordo, reduzindo a multa a 80% e destinando-a a um fundo no Brasil. Assim, a Petrobras depositaria mais de R$ 2,5 bilhões em tal Fundo (numa conta vinculada à 13ª Vara Federal de Curitiba, e não ao Tesouro Nacional), cuja gestão seria completamente controlada pela Lava Jato.

O fato é escandaloso: revela total ingerência na Lava Jato dos EUA e não tem qualquer amparo na legislação brasileira.

A lei não permite que o MPF ou a Justiça negocie diretamente acordos com governos estrangeiros e nem administre fundos. O MPF não tem competência para definir o destino de recursos públicos – atribuição exclusiva do Executivo e do Legislativo.

Informações sigilosas aos EUA

O mais grave no acordo é que o DoJ-EUA exigiu em troca (do desconto na multa e de permitir seu pagamento no Brasil) o compromisso da Petrobras de repasse, ao governo estadunidense, de informações confidenciais sobre seus negócios. Nas cláusulas anexas do acordo escrito pelo DoJ-EUA, fica explícito: a Petrobras repassará relatórios que "incluirão informações financeiras, proprietárias (de patentes), confidenciais e competitivas sobre seus negócios". Em outra cláusula, define-se que os EUA terão exclusividade no acesso aos "relatórios … destinados a permanecer sigilosos". E, mais adiante, o DoJ-EUA decide sobre quem pode ou não ser diretor/funcionário: "a companhia não irá mais empregar ou se afiliar com qualquer um dos indivíduos envolvidos nos casos desta ação".

É cada vez mais evidente que a Lava Jato é um instrumento dos EUA e um canal direto de acesso aos negócios da Petrobras.

Seus procuradores passam informações ao governo estadunidense por fora dos trâmites legais/oficiais brasileiros. E, agora, o acordo fechado transforma dados sobre a estatal em ativos do governo americano. Vale lembrar das revelações divulgadas pela Wikileaks: Moro e outros juristas e operadores da Lava Jato fizeram treinamentos no próprio DoJ-EUA em 2009; e, nos anos seguintes, o governo brasileiro e a Petrobras tornaram-se alvo de um enorme esquema de espionagem internacional montado pelo governo dos EUA.

A Lava-Jato/MPF-PR desistiu da fundação, mas aparentemente não abriu mão de administrar R$ 2,5 bilhões. O PT pediu ao TCU a anulação do acordo bilionário da Lava Jato, além de exigir investigação, medidas de proteção ao Tesouro e sustação da criação do fundo.

Alberto Handfas

PETROBRAS FECHA SEDE EM SP

A diretoria da Petrobras anunciou o fechamento de sua sede em São Paulo, um prédio na av. Paulista com mais de 600 funcionários. Seria uma medida que acompanharia sua intenção de vender suas quatro refinarias no estado – destruindo sua capacidade de integração produção-distribuição, para a alegria das concorrentes multinacionais. Sob pretensa economia de R$100 milhões entre 2019-23, tal fechamento enfraqueceria a empresa. Para tanto pretendem demitir terceirizados e transferir empregados próprios em até 4 meses (pressionando por demissões voluntárias). Em ato realizado pelo Sindipetro, a diretoria da empresa recebeu um simbólico cartão vermelho.

Venezuela: jogo bruto do imperialismo para gerar o caos

Ataque de hackers provoca apagão no país bloqueado por Trump

O último 23 de fevereiro tinha sido anunciado pelo "presidente autoproclamado" Juan Guaidó e seus mentores dos Estados Unidos como o fim do governo de Nicolás Maduro, com a entrada da "ajuda humanitária" levada à fronteira da Colômbia com a Venezuela.

A operação fracassou. Seu objetivo era forçar a entrada de caminhões com o apoio de uma massa que iria buscar a ajuda, o que provocaria a divisão nas Forças Armadas que romperiam com Maduro, o que não ocorreu.

A grande mídia e os governos alinhados com Trump tentaram encobrir esse fracasso com "fake news", como a que dizia que Maduro era tão cruel que mandara tocar foco em mantimentos enquanto seu povo passava fome! Foi preciso esperar alguns dias até o jornal New York Times divulgar que quem tocou fogo num caminhão na fronteira foi gente paga por opositores de Maduro e do lado colombiano!

Mas o mais importante em 23 de fevereiro foram as grandes manifestações contra a ingerência do imperialismo na Venezuela, em defesa da paz e da soberania nacional que tomaram as ruas de Caracas e outras cidades do país, dando um fôlego para Maduro.

Volta de Guaidó e apagão

O fantoche Guaidó, que havia passado a fronteira em Cúcuta na Colômbia no dia 23, de lá partiu para uma turnê no Brasil, Paraguai e Argentina, onde foi recebido pelos governos pró-imperialistas desses países, antes de regressar à Venezuela em 4 de março, em pleno Carnaval.

O governo Trump apostava numa prisão de Guaidó ao chegar no aeroporto, aonde diplomatas de países que o reconhecem o esperavam, para aumentar a pressão pela saída de Maduro. Mas o governo o deixou entrar e até fazer comícios, tentando isolá-lo como agente de uma guerra que nenhum venezuelano deseja.

Em 7 de março, a maior usina hidrelétrica do país, Guri, teve todo o seu sistema de controle, que é informatizado, atacado por "hackers" que operaram desde Houston e Chicago nos EUA, o que provocou um apagão de cerca de 100 horas na maior parte do país.

Poucos minutos após o início do apagão, Mike Pompeo, assessor de Trump, tuitou "os venezuelanos estão sem comida, sem remédios, sem energia elétrica e logo mais sem Maduro", prevendo que seria impossível que ele se mantivesse no poder dado o caos que seria criado com a falta de energia elétrica e o efeito que teria no povo e nas Forças Armadas.

Trata-se da chamada "guerra híbrida", já aplicada pelos EUA em outros lugares, em mais um de seus capítulos. Mas, no fechamento desta edição, a energia elétrica havia sido finalmente restabelecida em todo o território da Venezuela e o governo Maduro seguia de pé. O que não quer dizer que a situação tenha se estabilizado, ao contrário ela segue muito perigosa.

Caracas, 23 de fevereiro: Manifestação em apoio ao governo Maduro

Assim, continua na ordem do dia para todos os democratas e anti-imperialistas, independente da opinião que se tenha sobre o governo Maduro e sua política, a mais ampla campanha em defesa da paz e da soberania da Venezuela e de seu povo contra qualquer agressão externa do imperialismo e seus aliados: Trump, tire suas patas da Venezuela!

Lauro Fagundes

O que se passa na Argélia

Povo rechaça o regime e sua política

Desde 22 de fevereiro, sem interrupção, milhões de pessoas se manifestaram contra a possibilidade de um quinto mandato para o atual presidente, Abdelaziz Bouteflika. Era só o ponto de partida. Nos fatos, foi o rechaço mais profundo de toda política aplicada pelo regime.

Com maciça presença de jovens, o povo questionou os que usam sua posição no aparelho estatal para enriquecer e organizar a corrupção. E defendeu a soberania da Argélia contra toda ingerência imperialista em seus assuntos internos. O povo não quer que se repita lá o que acontece na Venezuela onde o imperialismo reconhece um presidente autoproclamado e empurra o país ao caos.

O anúncio de que "não haverá quinto mandato" (leia na pág. 12) veio uma semana depois que o Conselho Constitucional aceitou que o clã que gravita ao redor de Bouteflika apresentasse sua candidatura sem sua presença - o que contraria o próprio regulamento dessa corte.

Luisa Hanoune, Secretária Geral do PT da Argélia reagiu a essa afronta: "Quero me dirigir aos que falam e decidem em nome do Presidente para dizer-lhes: senhores, tenham piedade deste país, tenham piedade do "mujahidin" (combatente) Bouteflika[1]. Permitam que ele deixe o poder em paz. Não ajudem a provocar o caos em nosso país".

Correspondente

1 - Bouteflika participou da guerra pela independência da Argélia. É presidente desde 1999 e, hoje, tem 82 anos e a saúde debilitada.

CHAMAMENTO POR UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Lançado em 3 de março por intelectuais e docentes universitários

Em continuidade ao 11 de dezembro de 1960 (revolta popular contra o colonialismo francês, duramente reprimida, NdT) e o 5 de outubro de 1988 (revolta da juventude contra o regime, NdT), neste 22 de fevereiro o povo argelino reafirmou sua vontade de tomar seu destino em suas próprias mãos.

Para dar um objetivo político ao movimento popular salvador, que apoiamos, lançamos um chamado a organizar uma convenção nacional que reúna todas as forças democráticas da nação para construir as condições de uma transição política e colocar em pé uma Assembleia Constituinte para dar uma nova Constituição ao país e preparar eleições plurais, livres e abertas a fim de que, pela primeira vez em sua historia, o povo argelino se aproprie finalmente de sua plena soberania. Entrementes, essa convenção designaria um governo técnico para garantir a gestão cotidiana do Estado.

Esse processo deve reverberar a vontade popular, rompendo com um sistema antidemocrático, corrupto e antissocial, para dar esperança a nossa juventude e colocar a Argélia no caminho da democracia, do desenvolvimento, da justiça social, do bem-estar e da solidariedade.

TRECHOS DA RESOLUÇÃO DO CONGRESSO DO PT DA ARGÉLIA (DEZEMBRO DE 2018)

A quatro meses das presidenciais o clima político está carregado de incertezas em virtude da opacidade e da confusão que reinam. O PT é um partido independente e, em toda circunstância, busca soluções argelinas para os problemas. Por isso, diante da grave crise que o país atravessa, o PT faz campanha pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita, que sancione a soberania do povo a fim de que se possa finalmente definir - pela primeira vez depois de 1962 - a forma e o conteúdo das instituições que o povo necessita para exercer sua plena soberania (...).

À luz da situação e dos perigos que o sistema vigente representa, que ameaçam o país, a única saída é operar uma ruptura com o status quo mortal, ruptura com o sistema obsoleto desde 1988, nos marcos de uma refundação política, nacional, institucional e, portanto, constitucional.

De nosso ponto de vista, essa é uma questão de salvaguarda nacional. Pois a preservação da paz e da independência nacional é incompatível com a manutenção do sistema existente (...).

Argélia: Diante da mobilização do povo, tentativa de maquiar o regime

Com milhões saindo às ruas presidente desiste do 5º mandato

Uma nova situação está aberta na Argélia. Antiga colônia francesa, tendo conquistado a independência após uma guerra que se estendeu de 1954 a 1962, o país ocupa importante lugar no norte da África. Está às portas da Europa, tem grandes reservas de gás e petróleo e vem servindo de contenção para os diversos grupos de mercenários e terroristas que, patrocinados direta ou indiretamente pelo imperialismo, agem para desestabilizar a região.

No dia 11 de março, após semanas de mobilização popular (leia na pag. 11), foi divulgada uma carta atribuída ao atual presidente, Abdelaziz Bouteflika, anunciando que, sensível às exigências das ruas, ele não vai concorrer a um quinto mandato presidencial.

Dirigida "aos concidadãos", a carta afirma que, assim, Bouteflika espera "apaziguar os ânimos e abrir o caminho para restabelecer a serenidade e preparar o mais rapidamente possível o advento de uma nova era na Argélia".

Ainda segundo a carta, as eleições previstas para 18 de abril estão adiadas. Uma Conferência Nacional "inclusiva e independente" será convocada e disporá de todos os poderes para elaborar uma nova Constituição - que será submetida a referendo popular - e definir a nova data das eleições presidenciais.

Reproduzimos aqui informações e posições compartilhadas pelo Partido dos Trabalhadores da Argélia, que integra o Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT).

Regime rejeitado pela maioria

No dia seguinte à divulgação da carta atribuída a Bouteflika, 12 de março, um comunicado do Partido dos Trabalhadores da Argélia (PT-A) afirmava: "Na realidade, de acordo com o esquema do presidente, enquanto se aguarda a dita conferência nacional autonomeada, o mesmo sistema político totalmente rejeitado pela maioria continuará a assolar o país em benefício da oligarquia predadora, das máfias, que arruínam a nação (...). Decidir hoje que as próximas eleições serão presidenciais não confirma que o povo está sendo excluído da definição da natureza do regime a ser estabelecido? Mais claramente, isso não reflete a intenção de manter o mesmo regime presidencialista antidemocrático?

O rechaço ao atual parlamento servil foi claramente expresso na mobilização, que colocou a questão da representação política, da transformação da imunidade parlamentar em impunidade, da interligação entre os negócios e as instituições... Então, esse parlamento pode continuar a legislar?"

De fato, a questão que está colocada é a da manutenção do regime e de todas as suas instituições. No mesmo dia 12 de março, ao mesmo tempo que comemoravam o recuo do regime, os estudantes e seus professores se manifestaram aos milhares, em todas as cidades da Argélia, com palavras de ordem contra o "puxadinho" que a carta atribuída a Bouteflika concede a seu mandato: "Não à prolongação!", "Não ao 4º+". Essa resposta imediata expressava a recusa de aceitar a preservação de um regime rejeitado pela massa dos argelinos. Pois, como todos sabem, há várias semanas milhões e milhões vêm se manifestando em todo país contra o regime e não apenas contra um quinto mandato.

Essa mobilização maciça abriu uma crise sem precedentes no seio do regime. As associações de "mujahidin" (antigos combatentes da guerra contra o colonialismo francês NdT), e também conhecidos políticos que, de início, apoiavam o quinto mandato, foram arrastados pela força do movimento e mudaram de posição.

Contra a política do secretário geral da UGTA (União Geral de Trabalhadores Argelinos), de apoio ao quinto mandato, muitas instâncias, como o Sindicato Departamental de Tizi Ouzou ou o Sindicato Local de Rouiba da grande zona industrial de Argel, se colocaram a favor dos manifestantes. Essas fraturas são também sentidas dentro do exército e da polícia. É nessas condições que os círculos dirigentes do poder buscam uma saída para a crise tentando preservar o regime vigente.

Logo da divulgação da carta, o Presidente da França, Emnanuel Macron, que acompanhava com muita discrição a onda de manifestações, saiu em apoio ao regime argelino, declarando-se favorável a uma "transição democrática".

A questão da Assembleia Constituinte no centro da mobilização popular

Como afirma a declaração do PT: "De fato, para a esmagadora maioria do povo, um quinto mandato concentra a vontade de manter o sistema político vigente, autoritário e putrefato, herdado do sistema de partido único e que se coloca a serviço da minoria rica, predadora, organizada em oligarquia.

A questão da soberania do povo esteve no centro da grandiosa mobilização realizada pela esmagadora maioria.

Manifestação na capital, Argel, em 12 de março

A questão da Assembleia Constituinte Nacional (ACN) foi colocada na mobilização como o instrumento para garantir a soberania do povo, pois permite associar todos os componentes da sociedade no debate e na elaboração da nova Constituição, ou seja, na definição da forma e do conteúdo das instituições que a sociedade necessita para exercer sua plena soberania."

O comunicado do PT ressalta, com toda razão, que o objetivo de uma assembleia constituinte é definir a forma e o conteúdo das instituições, isto é, o questionamento do regime e de todas as contrarreformas, a reestatização do que foi privatizado, o aumento dos salários, a luta contra a corrupção e todas as medidas sociais e econômicas exigidas pelo povo argelino.

E a seguinte questão é apresentada: "A convocação de uma conferência nacional não eleita poderia encarnar a vontade popular? Poderia tal conferência se autoproclamar representativa, soberana e ser dotada de poderes constituintes sem mandato popular?"

De fato, como insiste a declaração do PT argelino, é agora, imediatamente, que devem ser tomadas medidas de urgência para responder às aspirações do povo argelino e não através de uma perspectiva hipotética, organizada por uma conferência nacional para prolongar o quarto mandato e preservar a manutenção do regime vigente. O que a população exige são medidas de urgência, imediatas.

Nesse sentido, o comunicado ressalta que "para o PT, somente a continuação da mobilização pacífica é capaz de impedir toda manobra que vise a contornar a soberania do povo que deseja impor todos os seus objetivos democráticos, econômicos e sociais. E assim como a juventude e as amplas camadas souberam preservar a segurança nacional e, portanto, a soberania nacional pelo caráter pacífico das marchas, elas terão a força para abrir perspectivas reais para a nação."

(Publicado no jornal francês Informações Operárias, edição 544, de 14 de março)

Assine *O TRABALHO*
Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R$45,00 ■ 24 edições: R$90,00 ■ 24 edições Solidário: R$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br